



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em

Saúde Coletiva

Brasil

Carvalho de Miranda, Ary; Albuquerque de Castro, Hermano; Giraldo da Silva Augusto, Lia

Saúde ambiental e territórios sustentáveis

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 14, núm. 6, diciembre, 2009, pp. 1962-1963

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Saúde ambiental e territórios sustentáveis

A crise ambiental mundial nos coloca diante de um dilema revelador de uma nova contradição fundamental do modelo de desenvolvimento: sua necessidade de produção em escala crescente - para sustentar a acumulação de riquezas dos grupos econômicos hegemônicos - e a finitude dos recursos naturais, necessários à sustentação deste modelo.

Trata-se de um fenômeno sem precedente na história da humanidade no que diz respeito a consumo de energia, urbanização, descarte de lixo, contaminação do solo, poluição do ar e da água, queimadas, desmatamento, mudanças climáticas e suas consequências sobre a carga de doenças. Cabe destacar que a globalização destes fenômenos não obedece a nenhuma equanimidade em sua distribuição. Vinte por cento da população mundial, quase toda vivendo no hemisfério norte, consomem 80% das matérias-primas e energia produzidos, ao mesmo tempo em que são responsáveis por mais de 80% da poluição da terra. Por outro lado, o impacto desta poluição atinge mais significativamente os povos dos países pobres. Apenas para destacar alguns dados desse cenário, as Nações Unidas revelam que mais de um bilhão de pessoas não têm acesso adequado à água e que, no ano de 2009, estão vivendo 900 milhões de pessoas com desnutrição. A contaminação química do solo, principalmente por fertilizantes artificiais, agrotóxicos e metais, fez com que a área atual degradada pela ação humana seja da ordem de dois bilhões de hectares, mas com impacto diferenciado, uma vez que a taxa de erosão no continente africano é, em média, nove vezes maior do que nas terras da Europa, agravando a fome naquele continente, que foi o único que experimentou declínio na produção de alimentos *per capita* após 1960.

Uma das questões centrais a serem destacadas, que está no cerne desta crise civilizatória, é a insustentabilidade das políticas desenvolvimentistas. Estas são acompanhadas por um cenário de incertezas, no qual além da saúde das populações estar atingida negativamente, impactando em maior escala as populações vulneráveis em seus territórios de vida, a sua promoção, proteção e cuidado são desprezados. Por outro lado, as respostas para seu enfrentamento encontram-se fragmentadas e subordinadas a modelos de planejamento verticalizados e centralizados com falta ou baixa efetividade de participação das redes sociais interessadas, comprometendo assim a democracia, um dos pilares fundamentais da sustentabilidade do desenvolvimento social.

Encontrar novos rumos para a sustentabilidade do desenvolvimento humano requer uma reconciliação homem-natureza e um novo pacto social, que devem ser amparados por uma profunda reforma do pensamento e das práticas produtivas e de consumo, na qual se espera que a sociedade, os governos, as empresas e as instâncias acadêmicas assumam suas responsabilidades para esses processos de mudança.

O Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Abrasco vem refletindo sobre a crise ambiental e sua repercussão na saúde coletiva e oferece, nesta edição da revista *Ciência e Saúde Coletiva*, artigos que sua rede de colaboradores produziu para contribuir com este debate, que, para nós, no Brasil, assume particular importância, uma vez que está em curso a I Conferência Nacional de Saúde e Ambiental, cuja etapa nacional será em dezembro de 2009, e traz como desafio central a definição de diretrizes para a política pública integrada no campo da saúde ambiental.

Ary Carvalho de Miranda, Hermano Albuquerque de Castro, Lia Giraldo da Silva Augusto
Editores convidados

Environmental health and sustainable territories

The world environmental crisis has put us in a dilemma which reveals a new fundamental contradiction in the current growth model: on the one hand, its necessity for production on an ever-increasing scale-to sustain and further enrich the hegemonic economic groups in the developed world- on the other, the finiteness of the natural resources necessary to sustain this model.

There are currently unprecedented phenomena in the history of humanity in regard to energy consumption, urbanization, waste disposal, soil contamination, air and water pollution, and climate change and the consequent increase in disease proliferation. What stands out about the globalization of these phenomena is that they do not obey any equanimity in their distribution. Twenty percent of the world's people, almost all of them living in the developed northern hemisphere, consume 80% of raw material and energy produced, while simultaneously being responsible for more than 80% of all pollution. On the other hand, the impact of this pollution has a more significant effect on the people living in the developing southern hemisphere. To point out a few examples from the data regarding this scenario, the United Nations has revealed that in 2009 over one billion people lack access to water and that around 900 million are suffering from malnutrition. Chemical contamination of the soil, mainly due to artificial fertilizers, pesticides, and heavy metals has caused the degradation of more than two billion hectares, but this is having differentiated effects. For instance, the erosion rate of African land is nine times greater than it is in Europe, and this further aggravates hunger in Africa, which is the only continent to have experienced a decline in agricultural production since the 1980s.

One of the main questions to be pondered, that is central to this civilization crisis, is the unsustainable nature of development policies. A scenario of uncertainty accompanies them, as they have negative impact on the vulnerable populations in their countries, whose health and life quality are reduced. The answers to these questions, on the other hand, are fragmented and subordinate to a verticalized and centralized planning model which totally lacks, or has low participation, of interested social networks, thus compromising its democracy, one of the fundamental pillars of sustainability and social development.

Encountering new paths to sustainable human development requires reconciliation between man and nature and a new social pact that should be backed up by a profound rethinking of current production and consumption patterns, a process of changes which it is hoped societies, governments, companies, and academic institutions will take responsibility for.

The workgroup Health and Environment of Abrasco has been reflecting about the environmental crisis and its repercussion on public health and offers, in this issue of *Ciéncia e Saúde Coletiva* articles produced by its collaborators to contribute with this debate that for us in Brazil has a special importance, since it is in course the 1st National Conference on Health and Environment, which national edition will happen in December 2009, and has as main challenge the definition of guidelines for a integrated public policy at the environmental health field.

Ary Carvalho de Miranda, Hermano Albuquerque de Castro, Lia Giraldo da Silva Augusto

Guest editors